

Publication status: Not informed by the submitting author

ROUTES AND DISCOURSES ABOUT PALEONTOLOGY, TERRITORY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION ON THE “PETER LUND CAVES ROUTE”, MG

Camila Silva, Angélica Cosenza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9028>

Submitted on: 2024-06-02

Posted on: 2024-06-10 (version 1)

(YYYY-MM-DD)

ARTIGO

PERCURSOS E DISCURSOS SOBRE PALEONTOLOGIA, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND, MG

CAMILA NEVES SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7874-9271>
<camilaneves.bio@gmail.com>

ANGÉLICA COSENZA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5412-5894>
<angelica.cosenza@ufjf.br>

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais (MG), Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: Muitos geossítios brasileiros estão inseridos em contextos de problemas socioambientais que possibilitam aproximações entre Paleontologia e Educação Ambiental, por meio de questões caras à Ecologia Política e à luta por Justiça Ambiental. Um exemplo são os sítios de importância paleontológica que fazem parte da Rota das Grutas Peter Lund - RGPL, em MG. Especialmente, o Parque Estadual do Sumidouro - PESU, embora muito importante quanto ao seu patrimônio fóssil e sua relevância turística, revela disputas territoriais e uma invisibilização da comunidade local e de seus saberes e modos de vida. Objetivando compreender melhor como os discursos de sujeitos locais podem insinuar significações sobre a Paleontologia e o pertencimento ao território e ao patrimônio, bem como processos educativos em Educação Ambiental – EA que se fazem presentes na região do PESU, analisamos, por meio da Análise Crítica do Discurso – ACD - entrevistas feitas com a comunidade local. Os resultados indicam discursos hegemônicos que reproduzem a lógica capitalista da hierarquização de conhecimentos e que insinuam uma EA acrítica e descontextualizada, revelando-nos como grupos em posições privilegiadas podem contribuir para a manutenção das desigualdades e opressões nesses territórios. Por outro lado, também encontramos discursos que revelam a possibilidade da luta contra-hegemônica, por onde a Ecologia de Saberes e a EA crítica têm potencial para crescer, contestando e auxiliando na superação de desigualdades sociais. Destarte, consideramos esses achados importantes ao anúncio de possibilidades educativas potentes em uma aproximação entre Paleontologia e Educação Ambiental, que inclua a participação comunitária em geossítios brasileiros.

Palavras-chave: paleontologia, educação ambiental crítica, análise crítica do discurso, ecologia política.

ROUTES AND DISCOURSES ABOUT PALEONTOLOGY, TERRITORY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION ON THE “PETER LUND CAVES ROUTE”, MG

ABSTRACT: Many Brazilian geosites are inserted in contexts of socio-environmental problems that enable approaches between Paleontology and Environmental Education, through issues that are important to the Political Ecology and the fight for Environmental Justice. The sites of paleontological importance that are part of the Peter Lund Caves Route (Rota das Grutas Peter Lund) - RGPL, in MG, are an example. Especially, the Sumidouro State Park (Parque Estadual do Sumidouro) - PESU, although very important in terms of its fossil heritage and its tourist relevance, reveals territorial disputes and an

invisibilization of the local community, its knowledge and ways of life. Aiming to better understand how the speeches of local subjects can insinuate unequal relationships about Paleontology and belonging to territory and heritage, as well as the Environmental Education – EA that is present in the PESU region, we analyzed, through Critical Discourse Analysis – ACD - interviews carried out with the local community. The results indicate hegemonic discourses that reproduce the capitalist logic of knowledge hierarchization and that insinuate an uncritical and decontextualized EA, revealing to us how groups in privileged positions can contribute to the maintenance of inequalities and oppression in these territories. On the other hand, we also found speeches that reveal the possibility of counter-hegemonic struggle, where Ecology of Knowledge and critical EA have the potential to grow, contesting and helping to overcome social inequalities. Therefore, we consider these findings important in announcing powerful educational possibilities for a rapprochement between Paleontology and Environmental Education, with community participation in Brazilian geosites.

Keywords: paleontology, critical environmental education, critical discourse analysis, political ecology.

RUTAS Y DISCURSOS SOBRE PALEONTOLOGÍA, TERRITORIO Y EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA “RUTA DE LAS CUEVAS PETER LUND”, MG

RESUMEN: Muchos geositos brasileños están insertos en contextos de problemáticas socioambientales que posibilitan acercamientos entre Paleontología y Educación Ambiental, a través de temas queridos para la Ecología Política y la lucha por Justicia Ambiental. Un ejemplo son los sitios de importancia paleontológica que forman parte de la Ruta De Las Cuevas Peter Lund (Rota das Grutas Peter Lund) – RGPL, en MG. Especialmente, el Parque Estatal Sumidero (Parque Estadual do Sumidouro) - PESU, aunque muy importante en términos de su patrimonio fósil y su relevancia turística, revela disputas territoriales y una invisibilización de la comunidad local y de sus conocimientos y formas de vida. Con el objetivo de comprender mejor cómo los discursos de los sujetos locales pueden insinuar significados sobre la Paleontología, la pertenencia al territorio y al patrimonio, así como los procesos educativos em Educación Ambiental – EA - presentes en la región del PESU, analizamos, a través del Análisis Crítico del Discurso – ACD – entrevistas realizadas con la comunidad local. Los resultados indican discursos hegemónicos que reproducen la lógica capitalista de jerarquización del conocimiento y que insinúan una EA acrítica y descontextualizada, revelándonos cómo grupos en posiciones privilegiadas pueden contribuir al mantenimiento de las desigualdades y la opresión en estos territorios. Por otro lado, también encontramos discursos que revelan la posibilidad de lucha contrahegémica, donde la Ecología de Saberes y la EA crítica tienen el potencial de crecer, cuestionando y ayudando a superar las desigualdades sociales. Consideramos estos hallazgos importantes para anunciar poderosas posibilidades educativas en um acercamiento entre Paleontología y Educación Ambiental, con participación comunitaria en geositos brasileños.

Palabras clave: paleontología, educación ambiental crítica, análisis crítico del discurso, ecología política.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de uma tese de doutorado defendida em 2022, que objetivou compreender possíveis aproximações entre a Paleontologia e a Educação Ambiental, partindo das relações socioambientais encontradas em áreas de importância paleontológica em Minas Gerais (Silva, 2022). Na tentativa de entender como os discursos das comunidades locais poderiam anunciar os territórios em termos de significado cotidiano, científico, educativo e também possíveis conflitos, vulnerabilidades e injustiças socioambientais que poderiam se fazer presentes, a tese debruçou-se também

sobre o arcabouço conceitual dos estudos críticos do discurso, da Ecologia Política, das recentes discussões sobre o Antropoceno (possível nova época geológica em que nos encontramos) e dos escritos do filósofo alemão Walter Benjamin. Esses, no intento de entender melhor questões caras à modernidade e problemas que nela se fazem tão evidentes. Desse modo, tal tese permitiu uma nova perspectiva sobre a aproximação entre os campos, apresentando tessituras que se mostraram referenciais para a luta por saberes transformadores, politizados e contextualizados em relação aos sítios de importância paleontológica brasileiros.

Com uma grande riqueza cultural e uma biodiversidade mundialmente reconhecida, o Brasil também conta com uma exuberante diversidade em termos geológicos, fruto de seu passado e das transformações ao longo das eras de um tempo profundo. Essa associação de elementos abióticos, com diversos valores e interesses que compõem a natureza em determinado recorte geográfico relaciona-se ao conceito de geodiversidade (Meira; Brito; Morais, 2016). Quando falamos em geodiversidade brasileira, essa se faz essencial em diversos âmbitos, visto que aos seus componentes é possível atribuir diferentes valores e interesses, a exemplo do científico, do cênico, do turístico e do valor para a Educação Ambiental – EA. Destarte, além da importância para o bem estar do meio natural, a conservação da geodiversidade é cara à manutenção de um patrimônio diretamente relacionado à história da Terra, à valorização das relações socioambientais, ao turismo e, indiscutivelmente, ao fornecimento de bens minerais diversos (Meira; Brito; Morais, 2016).

É na forma de importantes testemunhos dos processos que levaram à formação da biodiversidade atual, que os restos ou vestígios de seres pretéritos, os chamados fósseis, consistem em expressivos componentes da geodiversidade (Carvalho, 2010). Esses seres extraídos da terra (significado do termo *fossilis*, em latim) são o principal objeto de estudo da Paleontologia, uma ciência interdisciplinar que vem ganhando espaço nos cenários mundial e brasileiro, por meio de centros de pesquisa, museus e pontos de interesse científico e turístico, tais como os geossítios (Carvalho, 2010). Esses (geossítios), por sua vez, são tidos como locais de valor singular (seja valor científico, estético, econômico, turístico, cultural, dentre outros), assim atribuídos pela presença de rochas, processos geológicos e/ou fósseis específicos, peculiares ou representativos (Covello, 2011).

Os fósseis são considerados, pela Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), como patrimônio cultural, educacional e científico, além de serem parte do patrimônio geológico/paleontológico nacional. Seus locais de ocorrência guardam uma herança não apenas geológica, mas biológica e cultural, permitindo experiências turísticas e educativas de seus/suas visitantes, sejam eles/as turistas, monitores/as ambientais, pesquisadores/as e moradores/as do entorno de geossítios. Os sítios geológicos, paleontológicos, espeleológicos (ambientes de grutas e cavernas), e outros ambientes nos quais esses fósseis possam ser encontrados, fazem parte do patrimônio mundial, podendo ser focos de programas de conservação (Viana; Carvalho, 2019), especialmente quando inseridos em Unidades de Conservação – UCs.

Embora seja interessante à manutenção desse rico patrimônio paleontológico e às experiências que ele proporciona, a criação de UCs em geossítios muitas vezes pode se dar de forma conflituosa quando não há consulta (ou participação) aos/às moradores/as do entorno, levando a problemas/conflitos ambientais. Pode acontecer de as comunidades do entorno de uma UC terem seu livre acesso proibido ao efetivar-se sua implantação, como se deu com o Parque Estadual do Sumidouro - PESU, na Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa, MG, que compõe a chamada

Rota das Grutas Peter Lund – RPGL (parte do Circuito das Grutas de Minas Gerais). A comunidade local utilizava há gerações o pasto da área para a criação de animais, bem como a Lagoa do Sumidouro para a pesca e atividades de lazer, mas ficou apartada do processo decisório, sendo alteradas suas relações com a natureza, o território, e seus modos de vida (Padoan; Souza, 2013).

As comunidades dos arredores de sítios de importância paleontológica são, frequentemente, objetificadas pelo turismo de mercado e afetadas pela mineração (as rochas fossilíferas muitas vezes têm valor comercial), podendo haver a remoção e/ou insatisfação dos/as moradores/as do entorno e a mudança nos seus modos de vida (Silva; Cosenza, 2021). É possível, até mesmo, haver a invisibilização ou o silenciamento de certas culturas e religiosidades em detrimento das crenças de grupos no poder (Silva, 2022), aos quais aqui nos referimos como sendo grupos em uma posição privilegiada no que diz respeito ao acesso à informação ligada ao conhecimento científico, bem como a participação em processos decisórios relacionados à gestão e à tomada de decisões em UCs. Situações de injustiça ambiental¹ podem, assim, surgir nesses locais.

Outra questão relacionada a essas áreas, que vem gerando controvérsias e preocupações, consiste na implantação do Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc, do governo de Minas Gerais. O Parc consiste em uma nova forma de gestão desses parques (e de geossítios neles inseridos), envolvendo a transferência da gestão da visitação para a iniciativa privada, o que possibilita a rentabilidade econômica da esfera privada sobre tais espaços. Segundo grupos inseridos na gestão dessas áreas, tal mudança pode atrair o turismo para a região, movimentando a economia local e desonerando o Instituto Estadual de Florestas - IEF de algumas incumbências (Silva, 2022). Entretanto, há a possibilidade de que o Parc torne essas áreas acessíveis a apenas uma parcela da sociedade. Essa mercantilização da natureza é um risco sob o qual já se encontra a RPGL desde 2021, com a assinatura do contrato para concessão das três Unidades de Conservação nela inseridas: o Monumento Natural Estadual Peter Lund (que contempla a Gruta do Maquiné), em Cordisburgo, o Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (que contempla a gruta homônima), em Sete Lagoas, e o Parque Estadual do Sumidouro, em Lagoa Santa (onde há a Gruta da Lapinha) e Pedro Leopoldo (Silva, 2022).

Vemos, assim, abertas as possibilidades de exploração dos bens ambientais e de expropriação das comunidades locais, principalmente por meio do impedimento do livre acesso pelo mercado turístico e pela exclusão dessas comunidades no que diz respeito aos processos decisórios. Como ressaltam Sancho-Pivoto et al. (2022), frente a essas possibilidades, as práticas tradicionalmente exercidas há gerações pelas comunidades locais e o uso desse bem público pela sociedade ficam sobremaneira comprometidos. Dessa situação, resultam desafios para a garantia dos direitos sociais de ampliação da participação da gestão desses espaços, os quais podem ser exemplificados por: descentralizar e incentivar os processos decisórios com participação da sociedade para uma gestão mais democrática; permitir a transparência dos processos aliada à valorização dos saberes e valores locais; visibilizar e fortalecer as comunidades e lideranças locais (Sancho-Pivoto et al., 2022).

Assim, é importante contestar a lógica capitalista que fomenta um afastamento entre sociedade e natureza, desvalorizando uma possível Ecologia de Saberes (Santos, 2009), intensificando

¹ O conceito de injustiça ambiental remete ao movimento pela Justiça Ambiental, iniciado nos Estados Unidos nos anos 1980, que trouxe à tona discussões sobre a inseparabilidade entre ambiente e sociedade, e a problematização de situações de vulnerabilidade ligadas a riscos ambientais (Bullard, 2005). Assim, remete a uma carga desproporcional/desigual de riscos aos quais grupos oprimidos (e muitas vezes expropriados de seus territórios) encontram-se frequentemente expostos.

problemas socioambientais locais e possíveis situações de injustiça ambiental. É necessário ressaltar que para Santos (2009), a Ecologia de Saberes é um modo de interligar saberes científicos e populares, de forma que seja possível a valorização de experiências sociais no mundo, rompendo com as barreiras historicamente construídas entre ambos.

Diante dessas possibilidades, faz-se importante entender a contribuição da Educação Ambiental - EA - na defesa da vida, da natureza e de seus povos, lutando pelo direito ao ambiente e à participação de comunidades em projetos que afetem seus territórios, suas memórias, seus saberes e fazeres. Entretanto, é comum que a EA presente em ambientes turísticos, como os geossítios, pouco se relacione com a realidade local, deixando de problematizar a integração entre moradores/as e o território, bem como o potencial dos fósseis como patrimônio. Os saberes locais são comumente invisibilizados e os ganhos com o turismo, em sua maioria, não representam ganhos socioeconômicos para as comunidades. Fica-se, assim, aquém de uma gestão participativa, sem o reconhecimento da queles/as que detêm tão rico patrimônio (Silva, 2022).

No contexto dos geossítios brasileiros, é necessário entender quais relações são invisibilizadas, silenciadas ou mesmo contestadas, por meio de discursos que possam insinuar relações socioambientais que emergem nessas localidades, podendo ajudar a desvelar situações de vulnerabilidade e injustiça. Faz-se valioso observar e analisar esses discursos, pois o modo como são construídos é capaz de nos dizer muito quanto às visões hegemônicas (ou contestatórias, emancipadoras) sobre a Paleontologia enquanto ciência, sobre o território, o ambiente e o patrimônio, bem como a invisibilização de situações de injustiça, além de outros aspectos comumente desvelados pela Análise Crítica do Discurso – ACD. Ajudando a investigar o sentido ou os significados produzidos por meio da linguagem em contextos específicos, a ACD permite compreender a funcionalidade da linguagem na prática social, já que considera a própria linguagem como parte dessa prática (Fairclough, 2003; Ramalho; Resende, 2011, Resende 2019).

A ACD, enquanto campo heterogêneo, refere-se a todo um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares que ajudam na percepção de problemas sociais com aspectos semióticos e no questionamento de processos de desigualdade socioambiental em contextos e discursos em que possam se encontrar apagados ou invisibilizados (Ramalho; Resende, 2011). É importante dizer que, para a ACD, existe uma diferença entre Discurso e Discursos. Enquanto o primeiro é considerado parte irreduzível da prática social relacionada à linguagem, o segundo corresponde a demonstrações da vida social resultantes de certos posicionamentos assumidos. Ou seja, para a ACD, o primeiro é um substantivo abstrato, enquanto o segundo remete a um substantivo concreto, por referir-se a modos de representar uma parte do mundo, de acordo com certos interesses.

Destarte, a ACD pode contribuir para com uma visão mais ampla e contextualizada da Paleontologia, além de uma EA alternativa, crítica, transformadora e emancipatória, por ajudar a incorporar percepções críticas que auxiliem na luta por uma nova sociedade, trazendo dialogicidade, problematização e conscientização, sem se dissociar dos conflitos socioambientais.

Em uma abordagem que venha a contribuir com uma melhor compreensão das relações da comunidade do entorno da RGPL com seu patrimônio paleontológico e como essas relações são atravessadas e atravessam a EA, propusemos, como objetivo deste trabalho, entender como os discursos dos sujeitos locais insinuem significações sobre: 1) Paleontologia, 2) pertencimento ao território e ao patrimônio, e 3) a própria EA que emerge desses e nesses espaços. Por meio da ACD, intentamos

compreender as estruturas sociais, as relações de poder e as possíveis situações de injustiça ambiental vivenciadas nos arredores da RGPL. Assim, podemos tecer conexões importantes sobre visões contra-hegemônicas de pensar o território, o ambiente e a educação, contribuindo com reflexões sobre a possibilidade de transformação social desses espaços por meio da leitura crítica da realidade.

Quando falamos em injustiça ambiental, é importante mencionar que intentamos trazer, neste trabalho, questões caras à Educação Ambiental em conexão com a Ecologia Política, campos nos quais a luta pela Justiça Ambiental se insere. A Ecologia Política, um recente campo de conhecimento (e campo também político, de acordo com Leff, 2021) propõe um giro eco-político por meio de estratégias e experiências ligadas à perspectiva do socioambientalismo (Martínez-Alies, 2015), partindo do encontro de distintos modos de compreender e construir a vida. Através de concepções emancipadoras que contestam a apropriação hegemônica da natureza, dos territórios e dos bens ambientais, a Ecologia Política possibilita o “confronto de racionalidades na apropriação social da natureza, na atuação do metabolismo da biosfera e na construção de um futuro sustentável” (Leff, 2021, p. 433).

Consideramos também a Ecologia Política em seu encontro com a EA, já que ambos os campos, em suas vertentes críticas, apresentam lugares enunciativos em comum, por problematizarem e discutirem a degradação ambiental resultante da lógica capitalista em seus vários aspectos, ancorando-se na luta política contra-hegemônica. Como a luta pela natureza é também a luta pela vida, a confluência entre os campos permite o fortalecimento de um movimento político-pedagógico contra injustiças ambientais, contribuindo para com a transformação da realidade, combatendo desigualdades e opressões (Layrargues; Puggian, 2016).

A EA crítica que emerge de territórios onde há problemas socioambientais ligados a um processo de mercantilização da natureza (típico da disputa territorial pelos grupos no poder, algo que pode ocorrer com as concessões de UCs), pode apresentar uma dimensão pedagógica. Isso, devido ao potencial dessa EA nesses territórios para auxiliar na formação ecopolítica e na luta dos grupos oprimidos em prol da Justiça Ambiental, problematizando a realidade opressora. Assim, a EA com compromisso social auxilia na busca por conhecer e compreender a complexidade ambiental que se dá em territórios conflitivos, bem como as possibilidades de emancipação socioambiental e educacional por meio da luta pelo território e pela gestão participativa do ambiente natural (Layrargues; Puggian, 2016).

A escolha pela RGPL justifica-se por sua relevância tanto no cenário científico, quanto no cenário turístico nacional. Ademais, faz-se urgente entender o contexto de uma área que hoje se encontra à mercê da conjuntura político-econômica de novas concessões de parques estaduais. Em um momento histórico tomado pelo que Layrargues (2020) chama de antiecológismo, vemos uma disputa de forças entre ecologia e economia, na qual emergem vozes dissonantes, demarcando um novo e frágil período para a relação entre desenvolvimento e natureza (relação essa em que a segunda se encontra ainda mais susceptível à exploração predatória).

Nessa relação frágil e desigual sob ameaça do antiecológismo, há grupos que se encontram em uma posição privilegiada, por terem mais acesso ao conhecimento científico, e por serem mais facilmente incluídos em processos decisórios relacionados à gestão desses territórios. Por outro lado, há grupos de certa forma excluídos desses processos decisórios, apartados de uma participação mais ativa e de possíveis vantagens do turismo em áreas de importância paleontológica, por encontrarem-se invisibilizados, com pouco ou nenhum sentimento de pertencimento ao território e ao patrimônio que nele se encontra.

Colocamo-nos, portanto, no movimento de pensar a aproximação entre os campos da Paleontologia e da EA, enquanto forma de denúncia (de modos insustentáveis) e anúncio (de modos sustentáveis de vida). Na tentativa de contribuir para impedir o avanço do antiecológico, consideramos importante atentarmo-nos a discursos, políticas e práticas antiecológicas, para que possamos pensar formas de lutar democraticamente contra eles (Layrargues, 2020), por meio de formas de pensar uma EA comprometida socialmente com a Justiça Ambiental.

PERCURSOS DE INVESTIGAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND

A Linguagem é parte irredutível da vida social e, portanto, campo de disputa (Fairclough, 2001). Como o discurso não só informa, mas também ajuda a criar, recriar, transformar, moldar, performar determinada realidade, a ACD formulada por Norman Fairclough, e revista por muitos/as autores/as, dentre eles/as brasileiros/as, como Viviane Ramalho e Viviane Resende (Ramalho; Resende, 2011; Resende, 2019), ajuda a questionar processos de desigualdade, expondo aspectos que possam estar ocultos em contextos e discursos. Assim, a análise crítica discursiva permite a percepção de problemas sociais com aspectos semióticos, tendo interesse no potencial para a mudança social daqueles/as que se encontram em situação de opressão, de desvantagem (Fairclough, 2003).

Assim como o faz a Educação Ambiental Crítica, a ACD pode ajudar na denúncia de desigualdades e injustiças ambientais, e no anúncio de novas possibilidades, já que ela ajuda a desvelar os possíveis efeitos ideológicos dos textos na prática social. Para sítios de importância paleontológica, a linguagem pode ser um aspecto chave para entender a conjuntura que toma parte da problemática apresentada neste artigo. Olhar para os discursos das comunidades locais permite colocar eticamente em pauta a disputa de poder sobre a qual o discurso se constrói.

Com nosso objetivo de olhar para os discursos da comunidade local sobre seus sentidos e significações acerca da Paleontologia, seu sentimento de pertencimento ao território e ao patrimônio paleontológico, bem como os sentidos da EA que toma parte nesses territórios, utilizamo-nos, aqui, de uma abordagem de investigação qualitativa que dialoga com os pressupostos teórico-metodológicos da ACD. Assim, direcionamos nossa análise para amostras discursivamente situadas que pudessem evidenciar tais aspectos nos discursos que emergem da RGPL, especialmente podendo contribuir para manter ou denunciar situações de desigualdade e injustiça ambiental. Para tal, demos início às entrevistas aos sujeitos, em uma estratégia descrita a seguir.

Primeiramente, selecionamos sujeitos ligados ao PESU, ponto de destaque na RGPL. Essa Rota, como um todo, adveio de um projeto que objetivou impulsionar o desenvolvimento econômico e o turismo na região, tendo como atrativo principal o legado de pesquisas de Peter Lund, dinamarquês considerado o pai da Paleontologia Brasileira, que percorreu as grutas da região durante o século XIX. A Rota tem como marco zero a cidade de Belo Horizonte, e passa por Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Cordisburgo, todos municípios mineiros onde se encontram importantes grutas (Silva, 2022). Para nossa análise discursiva das entrevistas à comunidade local, consideramos, portanto, apenas os arredores do PESU, onde se localiza a Gruta da Lapinha (Figura 1). Nessa região concentra-se a maior parte dos problemas e conflitos socioambientais já levantados para os arredores da RGPL (Silva, 2022).

O PESU é localizado dentro da Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa, a qual se encontra a cerca de 30Km do município de Belo Horizonte. Além de apresentar vasta vegetação

e belas feições geomorfológicas em rochas calcárias, contém rico patrimônio paleontológico, arqueológico, espeleológico e cultural, embora seja foco de ameaças diversas, especialmente devido a fatores como: expansão urbana, exploração mineral, expansão de áreas para a agricultura, além da utilização incorreta dos recursos hídricos, o que deixa a área ainda mais susceptível, já que o sistema cárstico (característico desse tipo de rocha, como o calcário) é frágil por natureza.

Figura 1: Mapa turístico contextualizando a Rota das Grutas Peter Lund no Circuito das Grutas de Minas Gerais



Fonte: Página eletrônica do Circuito das Grutas de Minas Gerais².

Delimitada a área de pesquisa, demos início às entrevistas semiestruturadas, todas feitas por videochamada, mediante concordância dos sujeitos entrevistados com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dez sujeitos, dentre eles monitores/as ou ex-monitores/as ambientais do parque, ex-gestores ambientais e voluntários/as, todos/as moradores dos arredores do PESU (embora alguns tenham vindo há algumas décadas de outras cidades, como Belo Horizonte), foram entrevistados³. Nas análises, utilizamos os cognomes inspirados no trabalho de Tatagiba (2008), que descreve as plantas típicas do cerrado mineiro que aparecem na obra *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (Tatagiba, 2008), escritor nascido em Cordisburgo, cidade integrante da RGPL, e que se inspirou grandemente na paisagem regional em seus escritos.

² Disponível em: <<https://circuitodasgrutas.com.br/circuito-turistico/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³ Para tornar o texto mais sucinto e objetivo, nem todos os sujeitos entrevistados estão representados por segmentos discursivos neste artigo.

Ao longo do processo de transcrição das entrevistas, escolhemos o melhor modo de analisá-las pela perspectiva da ACD. Partindo da codificação, destacamos por cores os segmentos discursivos que pudessem ser agrupados por aspectos semelhantes, organizando os dados em grupos temáticos. Como se trata de uma pesquisa qualitativa em ACD, é importante destacar que essas temáticas não foram escolhas iniciais/prévias à pesquisa, mas foram selecionadas porque apareceram na leitura e análise dos dados após a transcrição das entrevistas, durante a organização dos resultados. Assim, os grupos temáticos consistiram em três grandes grupos (que denotam significações acerca da paleontologia, do território e da Educação Ambiental), os quais foram essenciais para realizarmos a escolha dos segmentos representativos em cada um deles, bem como a análise lexical de tais segmentos. Essa etapa consistiu na análise dos processos de escolha que envolvem o universo vocabular e os aspectos discursivos.

Privilegiamos a análise da intertextualidade, a qual, segundo Bakhtin (1997), permite identificar, dentro dos textos, fragmentos advindos de outros textos, ou seja, a expressão de vozes e visões que insinuam distintas concepções ideológicas dentro do texto em questão. Desvelando a intertextualidade, conseguimos desvelar o posicionamento discursivo em lutas hegemônicas. Assim, a intertextualidade pode ser entendida como a capacidade de incorporar outros discursos, por uma motivação ideológica, permitindo que os discursos tenham o potencial de reafirmar, reestruturar ou, ainda, contestar as estruturas discursivas.

Neste artigo, escolhemos explorar a intertextualidade através de diferentes categorias pelas quais ela pode ser representada, principalmente por meio da representação discursiva/representação de atores sociais, que consiste na relação que podemos tecer entre o significado representacional dos atores e certos discursos, o que revela as distintas maneiras como os atores envolvem-se nas várias práticas (Ramalho; Resende, 2011). Também buscamos entender como os processos ideológicos operam no texto, segundo Fairclough (2001) e Ramalho e Resende (2011), para quem ideologia é um conceito ancorado em Thompson (1995), o qual postula, criticamente, que ela é um dos modos de assegurar, ainda que temporariamente, o poder hegemônico (dos grupos em uma posição de privilégio, conforme mencionamos anteriormente) por meio de uma representação de mundo tratada como a legítima e única possível. Inspirando-nos em Thompson (1995), buscamos identificar processos ideológicos nos segmentos discursivos por meio dos chamados modos de operação da ideologia, muito válidos para a ACD (Ramalho; Resende, 2011) e explicados durante as análises.

A seguir, apresentamos os resultados do estudo, partindo dos segmentos discursivos que nos foram mais significativos quanto ao objetivo desta pesquisa.

PERCORRENDO OS CAMINHOS DISCURSIVOS: O QUE DIZEM OS SUJEITOS LIGADOS AO PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO

A análise das entrevistas, conduzida de acordo com os objetivos específicos citados na Introdução deste artigo permitiu, então, compreender, por meio dos/as moradores/as locais, os sentidos sobre: 1) Paleontologia, 2) pertencimento ao território e ao patrimônio, e 3) a própria EA que emerge desses e nesses espaços. Assim, as análises discursivas são a seguir apresentadas nessa mesma ordem temática.

O patrimônio paleontológico permite a aproximação entre os segmentos da sociedade que não se encontram no ambiente acadêmico e os conhecimentos e saberes diversos. A própria experiência turística, inclusive, pode promover um processo educativo criticamente consciente (Ferreira; Gomes;

Silva, 2008). Mas quando consideramos a importância da Ecologia de Saberes, os próprios saberes oriundos das comunidades que detêm esse patrimônio são essenciais para se entender os sentidos que tal patrimônio tem para diferentes segmentos da sociedade (a exemplo dos/as moradores/as, monitores/as e gestores/as ambientais, dentre outros).

Faz-se, assim, importante entender como os grupos em posição de privilégio/poder podem se beneficiar caso haja a invisibilização desses sentidos e saberes da comunidade, dificultando a que ela possa contestar seu lugar de pertencimento. Afinal, como nos lembra Santos (2009), a colonialidade do saber pauta-se justamente na legitimação de determinados saberes em detrimento da exclusão de outros, o que frequentemente ocorre na lógica do sistema-mundo-moderno-colonial capitalista, em que vemos muitas vezes um afastamento entre ciência e comunidade em geral, reforçado pelo modo como os saberes científicos são apresentados, em uma representação discursiva hegemônica.

Por outro lado, a luta pela decolonialidade, que também é cara ao campo da Ecologia Política, traz, enquanto giro epistêmico, dentre suas várias propostas, a Ecologia de Saberes como meio de relacionar saberes populares e científicos por meio de uma ampla diversidade de conhecimentos e experiências de mundo, informando esse mundo e as experiências sociais que se dão nele, algo que ajuda a romper barreiras historicamente construídas entre o popular e o científico.

Vejam, a seguir, discursos que revelam tanto possibilidades de aproximação entre a Paleontologia e as memórias e histórias da comunidade local, quanto uma desvalorização dos saberes e da participação da comunidade local, em um distanciamento que pode estar relacionado à colonialidade do saber (e também do ser e do poder). Começamos por Buriti e Jenipapo, um ex-monitor e um monitor voluntário do PESU, revelando o significado dos achados de Peter Lund para eles próprios e para a região. Para Buriti, “na Gruta (...) tem história. Inclusive, né, foi onde que começou a história, que o Peter Lund conheceu o Peter Claussen (...). A história é fantástica, do Peter Lund na nossa região (...)”. (Buriti). E Jenipapo nos diz:

Olha, é (...) dentro do que eu comentei aí sobre a minha vida com o parque. Esses fósseis são um orgulho, sabe? Um orgulho saber que eles foram descobertos aqui, (...), uma coisa muito boa. (...) Quando você chega ali no museu: “- Olha, Peter Lund esteve aqui, (...) encontrou esse fóssil aqui. (...) Então a Paleontologia (...) tem um significado muito grande, porque ela remete você a essa história (...). Então a paleontologia tem essa magia (...). (JENIPAPO).

Podemos observar que os dois sujeitos demonstram conhecimento tanto sobre aspectos da Paleontologia, quanto da história dessa ciência na região, com ênfase na figura de Lund. Buriti destaca um fato histórico importante que muitos desconhecem sobre a RGPL: os estudos de Peter Claussen, outro naturalista dinamarquês. Além disso, Buriti destaca achar “fantástica” a história de Lund na região, mostrando haver significado para ele, enquanto morador local. Jenipapo, por sua vez, mostra essa relação de uma forma ainda mais intensa, ao associar sua visão sobre a significância da Paleontologia à sua própria relação com o parque, o que nos remete bastante ao sentimento de pertencimento (que será melhor abordado à frente) à história da região. Utilizando-se duas vezes do substantivo “orgulho” para se referir aos achados fósseis, demonstra conhecer e sentir a conexão entre história e memória da Terra, e nosso próprio passado.

Por outro lado, quando perguntamos a Tamboril, ex-gestor ambiental do parque, nascido e criado em Pedro Leopoldo, sobre o que a Paleontologia significa para a comunidade local em geral, tivemos como resposta o seguinte questionamento: “(...) Como traduzir isso pra um, pra um nativo? E

dizer pra ele que isso, por exemplo, é um assunto de interesse nacional e internacional, enquanto um patrimônio assim, a ser protegido, e que isso vale mais que o cavalo e o boi dele (...)?” (Tamboril).

É no sentido da pouca probabilidade de os saberes paleontológicos estarem presentes no cotidiano da comunidade local, que Tamboril distingue-se dos “nativos”, para se colocar em uma posição hierarquicamente superior em termos de conhecimento. Isso nos gera um estranhamento, já que ele é nascido na região e considera (conforme dito quando se apresentou, durante a entrevista) ter um vínculo forte com o PESU, onde desde a adolescência participava de movimentos locais a favor da questão ambiental. Assim, vemos aqui o que interpretamos em nossa análise como estratégia ideológica da Fragmentação, que consiste na segmentação de indivíduos ou grupos que possam ser vistos como ameaça a grupos que têm uma certa posição privilegiada, pois têm voz ativa em processos decisórios. Assim, o que entendemos por Fragmentação utiliza-se, aqui, da diferenciação (ênfase em características de separação entre os grupos sociais) e do expurgo do outro, uma vez que em seu discurso, Tamboril acabada criando, simbolicamente, um inimigo sob a forma dos sujeitos que criam seus animais às margens do parque, dizendo que o “patrimônio” a ser protegido “vale mais que o cavalo e o boi” dessas pessoas. Ou seja, além de desconsiderar e invisibilizar os saberes locais em detrimento de valores e saberes que considera superiores, seu discurso age no sentido de fortalecer processos de origem colonial, hierarquizando os saberes e privilegiando o conhecimento científico em detrimento de outros saberes. Isso pode ajudar a que atentemos a uma ideia talvez inculcada⁴ pelos grupos com uma certa posição privilegiada em termos de acesso a informações ligadas ao conhecimento científico (como pesquisadores e gestores ambientais, por exemplo) que é apartada do contexto local.

Ademais, podemos pensar também na Universalização, que consiste na apresentação de interesses específicos como se fossem interesses gerais, como uma estratégia ideológica que poderia explicar a ideia de Tamboril (e outros sujeitos que também ocupam um papel considerado *científico*) sobre a necessidade de os conhecimentos científicos serem incorporados ao contexto local (mesmo que vindo de fora desse), ou seja, sob a forma de interesses gerais. Isso nos leva a pensar que há um potencial para que a colonialidade do saber reproduza modos coloniais de produzir conhecimento, invisibilizando a compreensão do mundo a partir de experiências locais e minando, também, o sentimento de pertencimento ao território e ao patrimônio. Afinal, como defende Resende (2019), as próprias escolhas discursivas podem estar associadas a essa colonialidade, sendo por sua vez relacionada à reprodução de modos de produzir conhecimento e modos de pensar tipicamente coloniais impedindo nossa compreensão do mundo a partir de experiências locais e epistemes do mundo em que vivemos (Resende, 2019). Assim, é importante que nos atentemos à presença da colonialidade do saber quando analisamos criticamente o discurso.

Vemos, também, que essa universalização de *verdades* é parte de um processo em que a colonialidade do poder, comumente presente no discurso de gestores de unidades de conservação e órgãos ambientais, juntamente com a colonialidade do saber (determinando um certo tipo de conhecimento que se deve dar nesses espaços), impactam nas representações dos atores sociais, ou seja, na colonialidade do ser. Reconhecer discursos que sustentam esse tripé da colonialidade (do ser, do saber e do poder) é importante para que saibamos reconhecer onde se coloca o trabalho ideológico, no sentido

⁴Para Fairclough, inculcar é “fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos termos dos novos discursos. Surgem, então, novas posturas, novos movimentos (novos modos de ser e de agir)” (Fairclough, 2001, p. 280).

de ajudar na luta contra-hegemônica, já que isso contribui para que possamos refletir para uma consciência emancipatória (Resende, 2019).

Discutiremos, agora, sentidos que insinuam conexões entre sentimentos de afeto e pertencimento ao local, até mesmo em sua relação com o turismo e ao que por ele é incentivado. Muito ligado à questão afetiva e ao autorreconhecimento enquanto parte do meio, o pertencimento aparece não apenas no discurso dos/as entrevistados/as que são oriundos/as da região, mas também no daqueles/as que nela residem há muitos anos, como é o caso de Jenipapo, monitor ambiental voluntário e proprietário de uma pequena pousada, que está há 3 décadas na Lapinha, travando relações profissionais e de militância pela questão socioambiental.

Embora tenha diferentes definições, o termo pertencimento pode ser considerado, sob o viés da geografia cultural, como o sentimento de apego que mantém coesa uma comunidade com seu território. Para Cardoso et al. (2017, p. 89), pertencimento é “olhar e reconhecer-se” como parte de uma sociedade com características culturais próprias. Relaciona-se, portanto, às experiências singulares, que podem ser vividas em certo lugar, inclusive as relações conflituosas, que podem fazer com que sejam destruídos os elementos que ligam uma comunidade ao seu lugar (Cardoso et al., 2017).

Para Jenipapo, o parque significa “uma coisa maravilhosa. É um aprendizado muito grande que eu tenho (...) com pessoas de diversas culturas (...). É de muita importância, muito grande mesmo. (...) Eu tento estar lá (...) participando, ver a chegada e a saída das pessoas” (Jenipapo). Jatobá nos diz que acha o parque muito importante, “questão de preservação a gente sabe, a gente tem cavernas, a gente tem vegetação. Assim, eu acho maravilhosa. Então, pra mim, eu sei a importância que o parque tem, eu vejo a importância” (Jatobá).

Nos dois segmentos acima, Jenipapo e Jatobá (monitora ambiental do PESU, nascida em Fidalgo, distrito de Pedro Leopoldo) mostram ter uma relação muito próxima e amistosa com o PESU. Sentimentos que remetem ao afeto, como “significa uma coisa maravilhosa”, “eu acho maravilhosa”, emergem associados ao substantivo feminino “importância”, reforçando essa ideia.

Em outros segmentos, porém, identificamos que a relação de pertencimento dos/as moradores/as dos arredores para com o PESU pode estar permeada por um discurso que, em nossa interpretação, relaciona-se à estratégia ideológica da Fragmentação, pois separa aqueles que detêm conhecimento sobre o parque, dos moradores “comuns”. Portanto, ocorre a construção simbólica de um inimigo, sob a forma do desconhecido/desconhecimento. Isso é reforçado de forma mais clara no segmento discursivo de Jatobá, quando diz: “Mas, assim, tem que visitar para conhecer, porque o pessoal da comunidade realmente não visita. São pouquíssimas as pessoas que vêm (Jatobá). Nesse mesmo sentido, Macaúba também defende que:

(...)A gente tem níveis diferentes (...) de pertencimento. Alguns(...) têm aversão ao patrimônio, por gerar esse impedimento. É independente, muitas vezes, do nível de escolaridade, mas acho que tá relacionado com o nível de interferência que esse patrimônio tem no dia a dia dessas pessoas, especialmente na geração de renda. (...)Há pessoas com uma relação religiosa com essas localidades (...). Por exemplo, a Gruta da Macumba, (...) as pessoas de religiões de matriz africana têm uma relação com essas localidades, mas (...) muitas vezes são invisibilizadas num território que teve um peso muito grande da religião católica (...). (MACAÚBA).

Nos dois segmentos acima, além da Fragmentação, fica insinuado, também, que a desvalorização e o fraco sentimento de pertencimento (ou, até mesmo, “aversão”), podem estar associados ao pouco incentivo para que as pessoas visitem o Parque, ainda que não haja cobrança de

entrada para moradores/as. Talvez tal desvalorização da comunidade local enquanto parte desse espaço se revele na pouca inclusão, visibilidade ou mesmo em poucas oportunidades de trabalho que estejam relacionadas, de alguma forma, à atividade turística no PESU.

É importante reforçarmos a relação que Macaúba, analista ambiental e pesquisadora oriunda de Belo Horizonte, aponta entre o sentimento de não pertencimento ao PESU e o seu processo de implantação (e gestão) não participativo, que gera, em nossa interpretação, discursos de Fragmentação, com alguns grupos sendo colocados como inimigos (tanto o PESU, na visão de muitos/as moradores/as locais, quanto os/as próprios/as moradores/as, na visão de alguns gestores/as). Ademais, aqui vemos emergir a problemática socioambiental relacionada a questões étnicas e religiosas, visto que Macaúba insinua haver um preconceito religioso quanto a pessoas de religiões de matriz africana e seu afastamento em relação ao sentimento de pertencimento a certos espaços.

Outro exemplo de como o pertencimento se dá de modos diferentes, pode ser visto no discurso de Ingá, ex-gestor ambiental da APA Carste de Lagoa Santa e integrante de órgão ambiental. Vindo de Belo Horizonte, mas habitando a região da APA desde 2002, Ingá defende ter um senso crítico que foi importante ao processo de zoneamento da APA e sua regularização de acordo com o Plano de Gestão (informações que nos foram apresentadas durante sua apresentação no início da entrevista). Segundo o ex-gestor:

Eu percebo esse sentimento de pertencimento muito na região da Lapinha. (...) A comunidade local é muito... sentem aquilo como se fosse deles mesmo, certo? (...) E às vezes, assim, cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar, essa coisa toda, sabe? Mas tem aquilo, um negócio, como se fosse deles mesmo, e se envolvem e tudo mais. (INGÁ).

O segmento desvela algumas forças hegemônicas atuantes na região. Quando Ingá diz que os moradores “sentem aquilo como se fosse deles mesmo”, repetindo a frase ao final do segmento, percebemos que ele incorpora o discurso de pertencimento da comunidade para, então, negá-lo. Afinal, a escolha da conjunção “se” traz um significado pejorativo à afirmação de que o patrimônio pertence à comunidade. Também nos parece ser pejorativo o modo como Ingá menciona o pertencimento sentido pelo “cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar”. Essa ideia vai, justamente, no sentido oposto àquele produzido por Macaúba, revelando-nos, aqui, uma possível operação da ideologia pela Fragmentação (principalmente, Diferenciação), que influencia o afastamento de alguns sujeitos em relação ao seu próprio patrimônio, tendo seus saberes desvalorizados em prol de um conhecimento “científico”.

Para Guimarães (2021), as relações que valorizam as trocas de saberes são importantes para pensarmos na superação da atual crise ambiental, por desfazerem armadilhas e desvelarem realidades que mantêm fragmentações (a exemplo da hierarquização de conhecimentos). As fragmentações, por sua vez, enfraquecem as relações e favorecem processos opressores, os quais podem levar a injustiças. Questões socioambientais locais podem ser relacionadas a uma disputa de interesses associada à insatisfação e remoção de moradores locais, bem como a destruição de seus modos de vida, fazendo com que muitas pessoas venham perdendo seu sentimento de pertencimento desde a implantação do Parque. Alguns grupos são assim invisibilizados em situações de injustiça socioambiental. Vejamos essa situação no discurso de Jatobá: “Na verdade, teve muito conflito pelo seguinte: a gente usava a lagoa, então, assim, a gente pescava, a gente nadava, e o parque acabou fechando, né, a lagoa foi fechada, então isso gerou muito conflito com a comunidade, inicialmente” (Jatobá).

Vemos, assim, que a visão dos/as moradores/as sobre o processo inicial de implantação do Parque foi negativa, com potencial para a geração de conflitos relacionados à UC. Isso é reforçado com o uso do advérbio de intensidade “muito”, associado ao substantivo “conflito”. Essa situação que levou à insatisfação, deveu-se justamente à incompatibilidade de objetivos entre o processo de criação do Parque (do modo como se deu) e o uso que a comunidade fazia da área, de uma forma diretamente ligada ao seu modo de vida, o que vemos por meio da escolha de uso dos verbos na primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo em: “a gente usava”, “a gente pescava”, “a gente nadava”, seguidos da afirmação de que o parque impossibilitou a continuidade desses usos, já que “acabou fechando” o acesso à comunidade.

Por outro lado, temos os discursos dos ex-gestores ambientais, em vários aspectos diferentes dos discursos da comunidade em geral. Ingá, por exemplo, diz que “(...) quando o Estado começou a executar, propriamente dita, a implantação do parque, criou um problema com a comunidade, porque não estava acostumada àquilo. Tinha gente perdendo suas propriedades (...) e isso provoca um caos, né?” (Ingá). Para Tamboril, “a Lagoa do Sumidouro era um local de muito pescador, (...) um pasto cheio de cavalo e boi, aquela coisa toda, e foi muito mutirão, conscientização também” (Tamboril).

No discurso de Ingá, a escolha do substantivo “problema” no lugar de “conflito”, ou “disputa”, como utilizaram as demais entrevistadas, nos faz pensar em modos de dissimulação, em negação ou ocultamento de processos de dominação. Isso porque a palavra “problema” aparece com certo deslocamento de significado, uma vez que pode remeter a um assunto controverso ou, ainda, algo que não é passível de solução. Depois, ao dizer que “a comunidade não estava acostumada àquilo”, invisibiliza as desapropriações, as pressões, o sentimento de injustiça por parte dos/as excluídos do processo de implantação do parque, tratando como natural que a comunidade inicialmente tivesse seus receios.

Percebemos que em seu discurso parece haver um modo de operação da ideologia que é típico da construção simbólica, sob a dissimulação de possíveis relações conflituosas, já que no lugar de utilizar o termo “desapropriação”, Ingá opta por construir seu discurso com “tinha gente perdendo suas propriedades”, e no lugar de utilizar “conflito”, ele escolhe “caos”. Assim, além de uma possível Reificação (que retrata como natural e permanente uma situação que, na verdade, é transitória), por trazer o conflito em seu discurso como natural, identificamos também a Racionalização para legitimar uma forma de Dominação (sobre a vontade e a liberdade da comunidade). Já no discurso de Tamboril, acima, vemos a narrativização, quando o entrevistado apresenta aspectos passados de modo a justificar um raciocínio que mostre a necessidade de desapropriação dos/as moradores/as do entorno da UC.

Com pouca (ou nenhuma) participação nos processos decisórios, a comunidade, em geral, vê-se apartada do PESU, até mesmo em relação aos benefícios do turismo, o qual ainda se dá de um modo essencialmente mercadológico, com o afastamento do/as moradores/as locais devido, especialmente, à burocratização do direito de ocuparem os espaços turísticos para a obtenção de renda (Silva, 2022). Tal afastamento em relação ao turismo pode ser ainda intensificado pelo processo de concessão desses espaços ao setor privado, por meio do Parc. Afinal, como defendem Botelho e Rodrigues (2016), ainda que muitas regiões possuam potencial para a compatibilização entre conservação dos bens naturais e valorização do patrimônio, o que comumente se vê com as concessões é um serviço bem distante do turismo que poderíamos considerar como comunitário.

Isso nos leva a pensar no potencial da aproximação entre Ecologia Política e EA (e, portanto, na afinidade com a Justiça Ambiental), para discutir e problematizar a gestão pública das UCs, pois como defendem Layrargues e Puggian (2016), a militância acadêmica aliada à intencionalidade educacional e o compromisso social são essenciais ao fortalecimento da luta contra-hegemônica e da luta contra forças antiecológicas, com base na participação das comunidades locais nesse processo, já que esses sujeitos muitas vezes dependem diretamente desses espaços em relação aos seus modos de vida. É por meio de uma EA com compromisso social, ou seja, uma EA aliada à luta pela terra e pela gestão participativa do ambiente natural, que vemos sendo descortinados conflitos e injustiças ambientais relacionados a um modelo de desenvolvimento econômico desigual e excludente, que oprime os grupos mais vulneráveis, por vezes expulsando-os de seus territórios e invisibilizando seus modos de vida (Layrargues; Puggian, 2016). Como nos lembra Leff (2021):

grandes áreas são transformadas em unidades de conservação (...), ignorando o fato de que esses territórios que permaneceram à margem do mercado abrigam as maiores riquezas naturais em água e biodiversidade do planeta, tendo sido historicamente habitados por populações tradicionais – indígenas, camponeses e quilombolas - que os preservaram como patrimônio natural e cultural. (LEFF, 2021, p. 436).

Pensando em processos de resistência e na luta contra-hegemônica, para que a comunidade local seja reconhecida e valorizada, acreditamos no potencial da Educação Ambiental para o desvelamento de situações de injustiça socioambiental visando o anúncio de possibilidades outras, no sentido de uma decolonialidade do saber. Portanto, discutimos, a seguir, com a EA vem tomando parte nesses espaços, bem como seus potenciais emancipatórios para as situações de injustiça.

Como a EA é um campo de pesquisas e de conhecimento de diferentes perspectivas e cosmovisões, ela também se serve da linguagem enquanto resistência, denunciando injustiças e opressões. Assim o ponto de partida ético da união entre EA e ACD é uma análise das desvantagens sociais, desvelando os efeitos ideológicos dos textos sobre as práticas sociais.

Delimitamos aqui alguns segmentos discursivos sobre processo educativos, como o de Jatobá: “(...) Sempre tem trabalho de Educação Ambiental com as escolas do entorno. (...) A gente segue o calendário anual de comemorações. Então assim, por exemplo, tem semana do meio ambiente (...). Cada ano tem uma atividade diferente, e isso é muito bacana (Jatobá)”. Nesse segmento, vemos que o foco das escolas do entorno do PESU é ainda em datas comemorativas, seguindo o padrão reprodutivista e neoliberalista de uma EA ainda conservadora, com pouca criticidade, à parte da complexidade socioambiental. Nesse caso, a educação é vista como uma transmissão de informações dentro de um sistema essencialmente alienador, que não desenvolve as potencialidades intelectuais, amorosas, naturais e espontâneas (Sarria et al., 2018). Isso é corroborado pelo discurso de Macaúba, abaixo:

(...) Integrei durante muito tempo o grupo da Educação Ambiental Crítica dentro do IBAMA e a gente sofreu demais (...). Infelizmente ainda fica muito restrito a alguns grupos que não têm ressonância (...) A questão não é trazer uma discussão ideológico-política, que também é. Mas mostrar que a natureza não pertence a um grupo. E não pode ser apropriada por um grupo e ser disseminada para todos os demais como se fosse a verdade (MACAÚBA).

Especialmente, vemos que Macaúba fala sobre questões políticas e ideológicas, em um contexto em que é cerceada pelas pressões de grupos em posição de privilégio (mesmo estando ligada a um órgão ambiental). Em seu discurso, ela traz a intertextualidade por meio da representação de atores sociais, mostrando o silenciamento de suas tentativas de uma abordagem mais crítica da EA. Trazendo o

substantivo “ressonância” (remetendo a repercussão), precedido pelo advérbio de negação, ela chama atenção para o modelo educacional reprodutivista, “pautado pela pedagogia do consenso da ideologia do ambientalismo de mercado como estratégia da manutenção da hegemonia burguesa” (Layrargues, 2018, p. 28).

Por outro lado, vemos no discurso do ex-gestor ambiental Tamboril a preocupação quanto à contextualização dos conteúdos trabalhados em EA, de modo que fiquem mais acessíveis ao público:

(...) Outra questão é essa nossa dificuldade, assim, já no parque do Sumidouro também, ao trabalhar aspectos relacionados à EA, à questão da própria mediação dos monitores, tem a ver com os conteúdos, sabe? De tentar destrinchar conteúdos palatáveis para o público, porque aquilo que é muito acadêmico, científico... sabe? Então esse também é um desafio da região, meio que como você traduzir um tesouro. (...). (TAMBORIL).

Assim, encontramos um potencial para esforços contra-hegemônicos que levem em conta, na política educacional, a luta pela transformação da realidade, já que os grupos em uma posição privilegiada podem apropriar-se dos conhecimentos, tentando impor uma situação permanente de dominação até mesmo quanto à inserção de conhecimentos descontextualizados e sem sentido para a cultura e os modos de vida das comunidades locais, em prol de *conhecimentos* científicos (Layrargues; Puggian, 2021). Tamboril aponta, assim, a importância de uma maior aproximação entre a EA e o sujeitos envolvidos no Parque. Embora seu discurso pareça, inicialmente, de certa forma conteudista e conservador, logo em seguida ele mostra uma aproximação com a ideia de uma EA que traga a interação entre conhecimento científico e saberes populares ou cotidianos, os quais têm sido historicamente ignorados pelas comunidades científicas (Sarría et al., 2018). Considerando um “desafio” para a região, ele defende o potencial da área para a expansão de uma EA que tenha como perspectiva a aprendizagem pelas trocas, favorecendo a transformação e o pensamento contra-hegemônico reflexivo e crítico. Ou seja, podemos perceber esse sujeito indo em uma direção transformadora/de enfrentamento no que diz respeito às forças antiecológicas que podem se dar sob a forma do avanço do interesse capitalista na região.

Copaíba, ex-monitora ambiental do Museu da Lapinha, educadora ambiental atuante em movimentos socioambientais locais e filha de um arqueólogo historicamente importante para a região, também mostra uma preocupação similar, ao dizer que: “certos espaços têm que abrir um pouco mais. Ser usado, tanto pro educativo, quanto pra curiosidade (...), pra essas gerações que vão herdar esses espaços que estão sendo preservados lá só pra cientista (alguns espaços nem cientista pode ir mais) (...)” (Copaíba). Vemos, portanto, uma semelhança entre os discursos de Macaúba, Tamboril e Copaíba quanto aos desafios a uma maior abertura do Parque para a comunidade como um todo, no lugar de separar o que é de acesso à ciência e o que é de acesso público.

E é pensando nesses desafios, na ainda existente marginalização de outros modos de ser e de estar no mundo em prol de uma ciência essencialmente desenvolvimentista, que pensamos na força desses segmentos discursivos como crítica e denúncia a situações de injustiça ambiental presentes na região onde um rico patrimônio paleontológico se encontra. Isso, em uma conjuntura em que se mostra necessária uma EA não apenas crítica, mas de base comunitária, com significado para a própria comunidade.

O próprio uso público de territórios de UCs carece ainda de discussões e problematizações, já que essa questão se faz atual e importante aos diversos atores que se relacionam nesses espaços. Assim,

a EA pode se fazer um importante modo de pensar e discutir o ordenamento territorial e ambiental, fortalecendo a compreensão da realidade no sentido da luta por sua transformação, em articulação e diálogo sempre com a comunidade do entorno, minimizando os conflitos de interesse e trazendo a reflexão (e ação) quanto à importância do patrimônio social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a uma crise ambiental global, encontramos-nos imersos/as em uma diversidade de problemas socioambientais para os quais é importante olharmos, o que inclui o contexto dos geossítios brasileiros. Seguindo a proposta deste artigo, convidamos os/as leitores/as a pensarem na aproximação entre a Paleontologia, o sentimento de pertencimento ao território paleontológico e a Educação Ambiental, por meio de discussões caras à Ecologia Política.

Por meio dessa aproximação, trazemos à tona os processos de opressão por parte de grupos em uma posição privilegiada no que diz respeito ao acesso ao conhecimento científico e a participação em processos decisórios ligados a territórios de importância paleontológica que possam interferir na dinâmica das comunidades dos arredores da RGPL, especialmente onde se localiza o PESU. Para a área, estudos mostram que, embora o patrimônio paleontológico tenha uma relevância histórica e científica a nível mundial, nas últimas décadas vêm se dando processos locais de desigualdades.

Ao dirigirmos nosso olhar para essa conjuntura, acionamos a Análise Crítica do Discurso para entendermos não apenas os processos opressores e de injustiça, mas também as possibilidades para mecanismos de contestação. Assim, pudemos analisar os discursos locais nesse território de importância paleontológica que enunciam os sentidos dos/as moradores/as sobre a Paleontologia, o pertencimento ao patrimônio, e suas relações com a Educação Ambiental.

Assim, foi analisando os discursos dos/as diferentes entrevistados/as, que criamos temáticas e selecionamos segmentos discursivos para este estudo que pudessem nos mostrar aspectos-chave para o entendimento dos sentidos, os quais nos propusemos a analisar. Isso, por meio de uma análise lexical, da intertextualidade e também dos modos de operação da ideologia.

Desse modo, pudemos compreender a intertextualidade por meio da representação discursiva de atores em posições científicas de maior poder/privilegio, como órgãos ambientais gestores. Vimos que a ideologia opera por diferentes modos em distintos grupos sociais. Assim, alguns discursos mostram, por exemplo, como podem ser inculcadas ideias relacionadas à hierarquização dos conhecimentos, ou mesmo a uma Educação Ambiental acrítica. Outros discursos mostram como grupos no poder podem contribuir para a manutenção das dicotomias entre sociedade e natureza; entre comunidade local e ciência/turismo/valorização do patrimônio/acesso aos bens ambientais; bem como para a manutenção das desigualdades e opressões.

Mas é na luta contra-hegemônica e na resistência, que também encontramos discursos que nos mostram as frestas e rachaduras por onde a Ecologia de Saberes, a EA crítica e a transformação social (junto à valorização da Paleontologia enquanto parte da vida dos/as moradores/as locais, bem como a valorização do patrimônio paleontológico e o pertencimento da comunidade local ao seu próprio território), podem semear e crescer. Discursos que nos mostram ser possível contestar e superar outros discursos, os quais limitam a natureza a um recurso, subalternizando, as potencialidades e necessidades comunitárias, além dos saberes e os modos de vida tradicionais locais.

Assim, as rotas que percorremos e os discursos que analisamos nos fizeram perceber que, embora haja situações de injustiça vividas nesses locais, há espaço para possibilidades contra-hegemônicas. Defendemos, assim, a importância, dentre outros aspectos, de uma EA crítica e de base comunitária, como caminho para promover Justiça Ambiental e justiça histórica, em uma região que se mostra fértil e potente à tessitura de novas realidades, tendo a luta ambiental como instrumento político e de ação comunitária.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. (Trad. Paulo Bezerra). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOTELHO, Eloise S.; RODRIGUES, Camila G.O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 2, p. 280-295, 2016. < <https://doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>>

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, n. XV v. 98, 2005. Disponível em: < https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.htm > Acesso em: 30/04/2024.

CARDOSO, Diogo; CURA, Sara; VIANA, Willian; QUEIROZ, Luiz; COSTA, Maria. Espacialidades e Ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.11. p. 83-98, 2017. Disponível em: < <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.004>> Acesso em: 30/04/2024.

CARVALHO, Ismar S. *Paleontologia*. v.1. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2010.

COVELLO, Cristina. *A Paisagem de Itapema: Estudo da Geodiversidade para a Educação Ambiental e o Geoturismo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95269>> Acesso em: 30/04/2024.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERREIRA, Rodrigo L.; GOMES, Flávio T.M.C.; SILVA, Marconi S. Uso da Cartilha “Aventura da Vida nas Cavernas” como ferramenta de educação nas atividades de turismo em paisagens cársticas. *Pesquisa em Turismo e Paisagens Cársticas*, v.1, n.2, p. 145-164, 2008. Disponível em: < https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ptpc_v1_n2_145-164.pdf> Acesso em: 30/04/2024.

GUIMARÃES, Mauro. Educação e Saúde sob o olhar de populações tradicionais. In: GUIMARÃES, Mauro.; ALMEIDA, Adilson B.; COSTA, Fábio H. *Curso Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina*. GEASUR, FIOCRUZ. 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8Q5sr83DG1Y>> Acesso em: 29/04/2024.

LAYRARGUES, Philippe P. Subserviência ao capital: Educação Ambiental sob o signo do antiecológico. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 13, n.1, p. 28-47, 2018. < <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p28-47>>

LAYRARGUES, Philippe P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v.15, n.4, p. 1-30, 2020. < <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10861>>

LAYRARGUES, Philippe P.; PUGGIAN, Cleonice. Convergências na Ecologia Política: Quando a Educação Ambiental abraça a luta por Justiça Ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 11, n.2, p. 72-82, 2016. < <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n2.p72-82>>

LEFF, Henrique. *Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIRA, Suedio A.; BRITO, Denise S.; MORAIS, Jader O. Interpretação ambiental e geodiversidade: proposta de um Painel Interpretativo sobre o Geossítio Pedra Furada, Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará. *Revista Espaço Aberto*, PPGG-UFRJ, v. 6, n. 2, p.9-27, 2016. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/316555038_Interpretacao_Ambiental_e_Geodiversidade_PPropost_de_um_Painel_Interpretativo_sobre_o_Geossitio_Pedra_Furada_Parque_Nacional_de_Jerico_Jerico_Ceara_Environmental_Interpretation_and_Geodiversity_Proposa#fullTextFileContent](https://www.researchgate.net/publication/316555038_Interpretacao_Ambiental_e_Geodiversidade_Propost_de_um_Painel_Interpretativo_sobre_o_Geossitio_Pedra_Furada_Parque_Nacional_de_Jerico_Jerico_Ceara_Environmental_Interpretation_and_Geodiversity_Proposa#fullTextFileContent)> Acesso em: 30/04/2024.

PADOAN, Lucas de L.F.; SOUZA, Leonardo V. de. Contexto Socioambiental do Parque Estadual do Sumidouro, APA Carste de Lagoa Santa, MG. *Uso Público em Unidades de Conservação*, n.1, v. 1, p. 86-97, 2013. Disponível em: < https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28718/16661> Acesso em: 30/04/2024.

RAMALHO, Viviane.; RESENDE, Viviane M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Coleção Linguagem e Sociedade, v.1, Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane M. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SANCHO-PIVOTO, Altair; RODRIGUES, Camila G.O.; BOTELHO, Eloise S.; MARTINS FONSECA, Virgínia. O processo de concessão no Parque Estadual do Ibitipoca (MG): questões preliminares sobre controle social das parcerias para o turismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 15, n.4, p. 730-748, 2022. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/13998/9871>> Acesso em: 28/05/2024.

SANTOS, Boaventura S. *Uma epistemologia del Sur*. Clacso Coediciones, 2009.

SARRIA, Jairo A.V.; PELACANI, Bárbara.; ESPINOSA, Gloria M.F.; RENAUD, Daniel.; SÁNCHEZ, Celso (Orgs.). La Educación Comunitaria: Reflexiones, Problemáticas y Retos. In: KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso; RENAUD, Daniel; STORTTI, Marcelo A.; COSTA, Rafael N. *Educación Ambiental desde el Sur*. Macaé: UFJR e Nupem Editora, 2018, p. 43-67.

SILVA, Camila N. *Nos caminhos de Lund: Significações sobre Paleontologia e Educação Ambiental*. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022. Disponível em: < <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14230> > Acesso em: 30/04/2024.

SILVA, Camila N.; COSENZA, Angélica. Paleontologia e Justiça Ambiental: tecendo conexões através da Ecologia Política. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 24, p. 1-18, 2021. < <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200089r2vu2021L3AO> >

TATAGIBA, Fernando. O roteiro veredas e as plantas de Grande Sertão: Veredas: Nota de Etnobotânica literária da III Expedição Caminhos dos Geraes. *Revista Verde Grande: Geografia E Interdisciplinaridade*, v.1, n. 6, p. 45-53, 2008. Disponível em: < <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6015/6011> > Acesso em: 30/04/2024

THOMPSON, John. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

VIANA, Maria Somália S.; CARVALHO, Ismar S. *Patrimônio Paleontológico*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2019.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Administração do projeto, participação ativa na coleta e análise de dados, investigação, escrita do texto – primeira versão e edição.

Autor 2 – Revisão da escrita e supervisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.



Juiz de Fora, 09 de Junho de 2024

Declaramos, para todos os fins, que o trabalho intitulado “Percurso e discursos sobre Paleontologia, Território e Educação Ambiental na Rota das Grutas Peter Lund, MG” deriva de pesquisa de doutorado realizada, entre os anos de 2020 e 2023, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/PPGE- UFJF, vinculado à Faculdade de Educação da mesma instituição/FACED-UFJF. Tal programa à época não admitia a obrigatoriedade da aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da Universidade para a defesa de tese. Desse modo, a pesquisa seguiu as diretrizes recomendadas, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por parte de todos os participantes entrevistados. Todos os documentos assinados encontram-se devidamente armazenados, em posse das autoras.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Professora Dra. Camila Neves Silva

Departamento de Geociências - UFJF

Professora Dra. Angélica Cosenza Rodrigues

Profa. Dra. Faculdade de Educação/PPGE-UFJF

This preprint was submitted under the following conditions:

- The authors declare that they are aware that they are solely responsible for the content of the preprint and that the deposit in SciELO Preprints does not mean any commitment on the part of SciELO, except its preservation and dissemination.
- The authors declare that the necessary Terms of Free and Informed Consent of participants or patients in the research were obtained and are described in the manuscript, when applicable.
- The authors declare that the preparation of the manuscript followed the ethical norms of scientific communication.
- The authors declare that the data, applications, and other content underlying the manuscript are referenced.
- The deposited manuscript is in PDF format.
- The authors declare that the research that originated the manuscript followed good ethical practices and that the necessary approvals from research ethics committees, when applicable, are described in the manuscript.
- The authors declare that once a manuscript is posted on the SciELO Preprints server, it can only be taken down on request to the SciELO Preprints server Editorial Secretariat, who will post a retraction notice in its place.
- The authors agree that the approved manuscript will be made available under a [Creative Commons CC-BY](#) license.
- The submitting author declares that the contributions of all authors and conflict of interest statement are included explicitly and in specific sections of the manuscript.
- The authors declare that the manuscript was not deposited and/or previously made available on another preprint server or published by a journal.
- If the manuscript is being reviewed or being prepared for publishing but not yet published by a journal, the authors declare that they have received authorization from the journal to make this deposit.
- The submitting author declares that all authors of the manuscript agree with the submission to SciELO Preprints.